



## CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

### COMISSÕES TÉCNICAS – 2024

#### PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 148/2023, QUE: "ALTERA A LEI N. 3.629, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RELATORES: VER. ZENILDA LEMOS e ANDRÉ FLENIK

#### **1. Relatório:**

Pretende o Poder Executivo com o Projeto de Lei em análise, a autorização do legislativo reajustar o valor pago aos servidores beneficiados pela cesta básica mensal, que passará a ser de R\$ 300,00.

#### **2. Fundamento e Voto:**

Quanto à legalidade, a Constituição Federal de 1988 dispõe:

**"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."**

**"Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local (...)"**

Já a Lei Orgânica Municipal dispõe que:

**"Art. 12. É da competência privativa do Município:  
I - legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse (...)"**

**"Art. 38. O processo legislativo compreenderá a elaboração de:  
I - emendas à Lei Orgânica;  
II - leis complementares;  
III - leis ordinárias (...)"**

**"Art. 42. São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:  
I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou**





## CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

### COMISSÕES TÉCNICAS – 2024

*empregos públicos na administração direta, autárquica ou fundacional e aumento de sua remuneração;"*

*"Art. 66. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: I - a iniciativa das leis, na forma e caso previstas nesta Lei Orgânica;"*

Desta forma, a proposta está dentro da legalidade e regimentalidade, bem como com adequada técnica legislativa, não havendo nada que impeça sua regular tramitação e neste sentido é meu VOTO, para que se encaminhe a proposta ao Soberano Plenário para apreciação\_\_\_\_\_.

### 3. Conclusão.

A Comissão de Justiça e Redação e de Finanças Orçamento e Fiscalização, entendem que o Projeto de Lei apresentado, esta dentro da legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa, e, recomendamos seja encaminhada ao Plenário desta Casa para deliberação de mérito.

Sala das Comissões Técnicas da Câmara de Vereadores de Canoinhas, 31 de Janeiro de 2024.

É o parecer, s. m. j.

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
VER. PROFESSOR OSMAR  
Presidente

  
VER. ZENILDA LEMOS  
Vice-Presidente

  
VER. CHICO MINEIRO  
Membro

#### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

  
VER. ANDRÉ FLENIK  
Presidente

VER. SILMARA GONTAREK  
Vice-Presidente

  
VER. ADILSON STEIDEL  
Membro